



A REGIÃO NOROESTEFLUMINENSE E O PROJETO RIO RURAL: tendências e problemas da agricultura familiar

Ísis Marinho

Mestre em Geografia pela UERJ/FFP
geosis@hotmail.com

1 – INTRODUÇÃO

A importância da Região Noroeste Fluminense, está atrelada ao seu histórico. Foi assim, instituída em 17/11/1987, pela Lei nº 1.227, através do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro. Antes de 1987 a área que hoje compõe a Região Noroeste Fluminense estava contida na Região Norte Fluminense.

A Região Noroeste Fluminense experimentou ascensão econômica com a produção do café, já desde 1850. Houve concentração de cultivo do café em municípios situados em partes mais altas, próximas a Zona da Mata Mineira e do Espírito Santo, inclusive “na década de 1920 o município de Itaperuna esteve entre o maior produtor de café do Brasil” (CRUZ, 2003, p. 88).

A Região Noroeste Fluminense é classificada e identificada pela produção agropecuária desde a constituição de uma Microrregião em Itaperuna datada de 1970, em diferenciação a produção da baixada campista. Tal reificação é reproduzida e mantida pelo século XX. A manutenção de políticas de desenvolvimento regional do governo de Marcelo Alencar (1995-1998), por exemplo, é um marco nesse sentido. Além do posicionamento do CEDRUS em instituir a Região Noroeste Fluminense como território rural e ainda, em 2008/2009, já no século XXI, ser classificada como território da cidadania junto ao MDA.

Verifica-se que desde o século XX a região é foco de projetos de planejamento territorial e desenvolvimento social impositivos de uma reestruturação produtiva relacionada ao “novo” valor que se quer dar a essa porção do espaço geográfico; para exclusivamente reproduzir o capital no setor agropecuário. Seu processo de regionalização, dessa forma, está atrelado à reprodução de uma classe hegemônica regional de relações diretas e estreitas com o poder político local e estadual.



2 – OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de regionalização do “noroeste fluminense” através das ações verticalidade sob controle do Estado. Verifica-se especificamente, o posicionamento da sociedade civil organizada e as relações de poder envolvidas diante de tais inferências racionalizadoras do espaço, e de que forma esse posicionamento pode redimensionar o ordenamento espacial que se impõe através das hegemonias de poder.

3 – METODOLOGIA

Metodologicamente revelou-se primordial abordar a região sem desconsiderar seu “significado político”, fazendo referência ao “conjunto das práticas sociais e às diversas representações de espaços que lhe são ligadas” (LACOSTE, 2010, p.41). Tendo por base o princípio dado por Yves Lacoste, a análise espacial, considera níveis de ação operacional. Dessa forma buscam-se sobrepor os recortes das regiões administrativas estaduais, através de relações socioespaciais em áreas de fronteira, com a Zona da Mata Mineira e Sul do Espírito Santo. Essa metodologia foi escolhida pela consideração das dinâmicas socioespaciais vividas pelos Puri, Coroado e Coropó, habitantes originais da localidade em questão, com as frentes de ocupação exploratória e de dominação política e cultural. Os desdobramentos das frentes de ocupação exploratória e de dominação político-cultural são expostos à medida que se relaciona ao processo de regionalização do “noroeste fluminense”. Entrementes o trabalho direciona a abordagem regional a um instrumento de ação e intervenção política corroborando com GRAMSCI, que reconhece na abordagem regional a “organização e reprodução [...] dos grupos sociais numa postura crítica, dentro do materialismo histórico” (HAESBAERT, 2010, p.54). Nesse caso, do objeto de estudo, o destaque é dado à manutenção da classe hegemônica regional relacionada à reprodução do capital no setor agropecuário.

Para exemplificarmos as relações de poder atreladas as reproduções de hegemonia de classe capitalista, na região, o trabalho destaca metodologicamente: reificações institucionalizadas pela construção de uma regionalidade intencional;



racionalidades impostas por projetos de planejamento regional, dando primazia ao Projeto Rio Rural; ação e organização da sociedade civil diante de racionalidades impostas pelo Estado¹. O fim de tais destaques expõe a “ideologia política” fundida com a “ciência política” na forma de política pública (controlada pela sociedade política) escamoteando o caráter fundamental do “Moderno Príncipe” (símbolo de chefe/agente da vontade coletiva²), apontado por GRAMSCI (1976, p. 3-6), de criar uma fantasia concreta atuante sobre um povo disperso e pulverizado para organizar a sua vontade e que na “na conclusão o próprio Maquiavel: faz-se povo”.

Para a Geografia ações de controle e racionalização do espaço, definidas enquanto verticalidade sobre a horizontalidade (no caso a região), mediadas pelo Estado, aparecem como “um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerada como elemento fundamental de seu estudo...” (SANTOS, 1986, p.184). A partir desse princípio teórico, e com relação ao destaque dado à ação e organização da sociedade civil, o trabalho analisa tensões e impasses gerados pela imposição desses comandos hegemônicos geridos também pela ação do Estado; podendo configurar contrafinalidades à racionalidade imposta por meio do planejamento rural territorial do ERJ. Dessa maneira a análise geográfica, nesse presente trabalho, também busca contribuir para um resgate da representação política dos trabalhadores rurais perante a tais imposições de reordenamento espacial regional. Que as perspectivas do rural fluminense, sob a organização da sociedade civil, possam contribuir de modo positivo para o histórico da luta da classe operária.

Assim, o trabalho resume-se em: resgatar através das relações socioespaciais estabelecidas entre as frentes de colonização e os grupos indígenas Puri, Coroadó e Coropó, o controle do Estado como marco político do processo de regionalização; expor ações de verticalidade exercidas pela sociedade política no processo de regionalização do “noroeste fluminense”, destacando: a ação dos intelectuais orgânicos locais e suas relações de poder com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), e instrumentalização da categoria institucionalizada “agricultura familiar” para esse fim;

¹ “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”- classe dominante detendo o controle do poder executivo.

² Nesse caso não estamos considerando necessariamente o partido comunista, mas o papel empregado pelo “Moderno Príncipe” de Maquiavel.



frisar a racionalidade das ações de verticalidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em projetos de planejamento territorial como o Rio Rural, e como tais racionalidades interferem no ordenamento espacial regional; salientar o posicionamento político da sociedade civil organizada, enquanto sujeita aos benefícios do Projeto Rio Rural e as ações de verticalidade do ERJ, na perspectiva de averiguar tendências à contrafinalidade ou à contra-hegemonia.

Para salientar o posicionamento político da sociedade civil organizada, enquanto sujeita aos benefícios do Projeto Rio Rural e as ações de verticalidade do Estado do Rio de Janeiro foram realizadas entrevistas com agricultores familiares. Na região, os mesmos estão organizados em cooperativas, associações e sindicatos. A presença do MST restringe-se, na região, a um único acampamento na divisa de Bom Jesus de Itabapoana com Campos dos Goytacazes. Devido à dimensão da região e o tempo disposto para terminar o trabalho, foram realizadas entrevistas com representantes da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A escolha das sedes foi de acordo com a disponibilidade dos representantes na semana reservada para o trabalho de campo. Nesse caso, os representantes entrevistados foram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaperuna/São José de Ubá/Laje do Muriaé/Varre-Sai, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Natividade, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porciúncula, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Italva, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aperibé e Cambuci. Ao todo foram abrangidos seis dos treze municípios da região, percorrido aproximadamente 152 km de extensão.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

Por meio da pesquisa realizada, com respeito à Região Noroeste Fluminense, um diferenciador de área comumente acionado nos trabalhos acadêmicos e ao seu processo de regionalização³, é a produção agropecuária. A Região Noroeste Fluminense antes sob o diferenciador regional baseado no cultivo de café de alta produtividade passa a ser reificada pela produção agropecuária marginalizada e por produtores agropecuários

³ Regionalização entendido como um processo de “produção” de “recortes escalares” ou analíticos no espaço geográfico. (HAESBAERT, 2010, p.155).



vinculados a unidades de baixa produção. Muitos autores acadêmicos expõem a Região Noroeste Fluminense como uma “região problema” (BRAGA, 2006, p. 32).

Ao considerar a conjuntura da crise do Café e o processo de modernização da agricultura no Brasil⁴, conclui-se que a diferenciação de área da Região Noroeste Fluminense através da produção agropecuária foi reordenada. Pois, a modernização da agricultura no Brasil, diretamente relacionado ao desenvolvimento desigual e combinado, contribuiu com a marginalização de determinadas regiões produtivas⁵. Conclui-se, também, que tal marginalidade é atribuída aos respectivos produtores rurais não integrados aos complexos agroindustriais. Nesse caso é importante salientar que esses mesmos produtores, referentes à Região Noroeste Fluminense, atendiam a diversas denominações como: camponeses, pequenos produtores, agricultores de baixa renda, etc. E que mesmo com o surgimento do termo “agricultura familiar” para enquadrá-los, as antigas concepções de atrasados, não modernizados, pouco produtivos, e pobres, permaneceram; causando conflitos sobre o perfil dos agricultores familiares da região.

Vícios conceituais, também são comuns às análises acadêmicas, como acontece com contraponto entre agricultura familiar e a unidade de produção capitalista. Assim, na busca de não haver equívocos, o trabalho salienta que dentre a análise realizada sobre a região em questão, não foram detectados registros de movimentos de oposição política às formas de produção capitalista - por parte dos produtores rurais da Região Noroeste Fluminense; categorizados como agricultores familiares. Portanto, conclui-se que: a relação da Região Noroeste Fluminense com o termo “agricultura familiar”, não surge *necessariamente* em oposição política às formas de produção capitalista.

Com respeito ao seu processo de regionalização, o trabalho expõe que a Região Noroeste Fluminense esteve diretamente relacionada a uma área proibida pelo poder central a fim de evitar contrabando aurífero das Minas Gerais. Por estratégia militar, em

⁴ Marcada pelos Complexos Agroindustriais no centro-sul do país e por cooptações de grupos sociais ligados a burguesia industrial e financeira.

⁵ “A característica fundamental da chamada “modernização conservadora” da agropecuária em nosso país é, portanto, seu caráter excludente, quer se considere o tamanho dos produtores, quer se considere a região do país.” (SILVA, 1993, p. 4).



períodos diferenciados, obteve denominação de sertão de índios brabos, atribuindo ao local, características inóspitas; após passa à denominação de grande potencial de fertilidade pelo objetivo de exploração econômica. Constatou-se, também, que o processo de expropriação das terras dos Puri, Coroado e Coropó⁶, por frentes de ocupação exploratória e de dominação político cultural, representaram uma história espacial de controle do Estado. A lei de terras, por exemplo, possibilitou o estabelecimento definitivo de grandes propriedades privadas agropastoris. Fato esse relacionado ao registro de índios na região ter sumido dos documentos oficiais já a partir de 1860. Assim, a ascensão econômica do “noroeste fluminense” com a produção de café segue a partir desse período de 1850. Logo em vista, documentos oficiais como censos econômicos e populacionais, atribuíram a área em questão uma identidade relacionada à produção agropecuária. E mesmo com a erradicação dos cafezais improdutivos e o desestímulo a produção de café no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), por parte de técnicos do Instituto Brasileiro do Café, a funcionalidade da área referida a Região Noroeste Fluminense continua relacionada à produção agropecuária.

O processo de regionalização da Região Noroeste Fluminense, enquanto área administrativa inicia-se através de um movimento político de atores locais, que buscavam autonomia de Campos dos Goytacazes na centralização de recursos públicos do setor agropecuário. A partir desse ponto, com a região administrativa em foco, o trabalho destaca ação política local (relações de poder dos secretários de agricultura municipal no Conselho Regional de Secretários Municipais de Agricultura do Noroeste Fluminense (CRESMA), enquanto intelectuais orgânicos) em reproduzir uma identidade regional de pobreza e falta de recursos; para direcionar subsídios do Governo Federal. O trabalho considera, ainda, como a agricultura familiar toma peso nesse processo de manutenção política da região; assumindo representatividade de pobreza e de falta de recursos, a fim de direcionar subsídios do PRONAF para a região.

Entrementes, o trabalho considera a ação política conjunta do governo do ERJ em reafirmar a funcionalidade regional sob o setor da agropecuária pelo estabelecimento de uma “vocação” regional em parceria com institui es de

⁶ A  rea hoje reconhecida como Região Administrativa do Estado do Rio de Janeiro era habitada por  ndios Puri e Coroado, pertencentes ao grupo linguístico Macro-G  (não está relacionado com o grupo Tupi, da terra Goitac  costeira).



empreendimento como SEBRAE e FIRJAN. A partir daí sobressai o discurso de desenvolvimento iminente da região na tentativa de potencializar a complementariedade no processo de industrialização fluminense. A identidade regional atribuída ao “noroeste fluminense” em torno da produção agropecuária e da concentração de agricultura familiar é reforçada em 2004, pelo governo estadual; pois o CEDRUS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável) passa a definir o Noroeste Fluminense como *território rural*⁷ para ação de políticas públicas. Tal colocação permite, portanto dar início ao debate de ações de verticalidade sobre a Região Noroeste Fluminense.

Especificamente o trabalho aborda ações de verticalidade assumidas pelo governo do ERJ e toma como exemplo o Projeto Rio Rural⁸. Segundo Milton Santos a verticalidade não é a formação de uma rede entre pontos descontínuos, mas *é exercida por pontos de origens distantes pela imposição de uma racionalidade (como uma determinada função) sobre as horizontalidades*. Milton Santos explicita que as verticalidades são *o veículo de cooperação econômica e política, dando conta, sobretudo, dos momentos da produção como circulação, distribuição, e consumo* (no caso aqui dando conta da produção agrícola do “noroeste fluminense”). A verticalidade através dessa cooperação econômica e política impõem regras técnicas, organizacionais e financeiras, nos lugares dispostos em uma continuidade (ou seja, nas horizontalidades). *O principal objetivo seria, portanto, subalternizar tais lugares às regras estabelecidas por poderes dos atores hegemônicos*.

Nesse caso objetivo mais amplo do Projeto Rio Rural/BIRD seria a promoção do desenvolvimento sustentável do setor agropecuário fluminense possibilitando geração de renda ao produtor. O que justificaria, segundo o Manual Operacional do Projeto

⁷ “Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural.”. MDA/SDT (2005, p. 28).

⁸ O Rio Rural é um projeto da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) que passou por duas etapas, a primeira denominada Rio Rural/GEF - Projeto Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense; e a segunda denominada Rio Rural/BIRD - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. O Projeto Rio Rural/GEF foi executado de 2006 até 2010 co-financiado pelo Global Environment Facility (GEF). O Governo do ERJ solicitou assistência ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) a fim de estender as ações do Projeto Rio Rural/GEF por mais cinco anos (2010-2015). Assim o Rio Rural/GEF foi *reelaborado* e replicado à região serrana do ERJ, passando a denominação - Rio Rural/BIRD.

(MOP), apoiar atividades que visam elevar a produtividade e a competitividade da agricultura familiar (MOP. V.I, 2009, p.15). Dentre os objetivos específicos do projeto, o MOP aponta: a disponibilização de incentivos financeiros para a *mudança da racionalidade* da produção; adequação da política pública ao Diagnóstico Territorial Participativo Negociado (DTPN) a fim de instar produtores aos saberes técnico e científico; gerenciar, possibilitar e monitorar o fluxo de informações locais relacionadas ao projeto (MOP. V.I, 2009, p.15).

O trabalho aponta que a institucionalidade dos Comitês Gestores de Microbacias (COGEM)⁹, e todo processo educacional gerido pelos técnicos do COGEM, com jovens em escolas locais e representantes comunitários e religiosos; constituem-se em relações de poder; “o poder de se fazer ver e fazer crer, de transformar a visão do mundo através da mobilização de práticas” – segundo Bourdieu. Considerando que a prioridade de beneficiamento do Projeto Rio Rural são os agricultores familiares, possuidores dos seus meios de produção, a dificuldade para o Estado, seria: justamente a de conservar a capacidade de homens e mulheres de realizarem um trabalho ativo no processo produtivo, cujos frutos podem ser apropriados pelos capitalistas. (HARVEY, 1992). Concluimos daí, utilizando HARVEY, que a disciplina da força de trabalho dos agricultores familiares (“controle do trabalho”), ocorre não só no local de trabalho, mas na sociedade como um todo.

Para compreender a racionalidade através da cooperação econômica e política estabelecida pelo Governo do ERJ com BIRD, para o desenvolvimento do território rural do ERJ, o trabalho foi além do Manual Operacional do Projeto Rio Rural e destacou o que o BIRD entende por desenvolvimento econômico. Por exemplo, PEREIRA e SAUER (2006) ao revisarem a agenda de desenvolvimento do BIRD do início da década de 1990 destacaram a “Complementariedade entre Estado e Mercado” como uma das consignas estruturantes para o desenvolvimento econômico. Os autores concluem que o sentido geral dessas diretrizes do BIRD para o desenvolvimento econômico busca a liberalização das economias domésticas dos países envolvidos. Acrescentam, ainda, que “ao longo dos anos 1990 o BIRD gradativamente retomou e atualizou a sua agenda agrária, secundarizada na década anterior [...]” (PEREIRA e

⁹ Estrutura local institucionalizada pelo projeto Rio Rural



SAUER, 2006, p. 17). Nesse setor, o BIRD estimulou a mercantilização total do acesso a terra, e a elevação à produtividade da terra, a fim de atrair o capital privado para a economia rural pelo comando agroindustrial-financeiro. Diante desse quadro o trabalho considera, portanto, que o BIRD através de seus aportes financeiros aos Estados, firma por meio contratos, garantias para o fluxo de capitais privados, não passando de um interesse subjacente dos demais centros financeiros que subsidiam as mesmas instituições privadas; atuando, assim, como mero “guardião” dos interesses financeiros mundiais (ALVIN, 2004). A defesa de programas sociais no meio rural para aliviar a pobreza, também foi estimulada pelo BIRD ao longo dos anos 1990, com intuito de diluir tensões no campo que poderiam ameaçar ou comprometer os preceitos de desenvolvimento econômico do meio rural.

Com respeito aos conceitos de *desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar* adotados no projeto Rio Rural/BIRD, o site oficial¹⁰ apresenta, na biblioteca virtual, documentos que possibilitariam uma rasa compreensão. Em especial o documento *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar* (NAVARRO e PEDROSO, 2011), é um texto que expõe ideias sobre o termo agricultura familiar. O documento em si, encara como *assombro* propostas de redução de integração econômica para a agricultura familiar. A justificativa de tal postura está relacionada à seguinte exposição: “a agricultura é uma atividade primordialmente econômica, não um modo de vida de jardineiros da natureza” (NAVARRO e PEDROSO, 2011, p.16, 17, 78).

Esse exposto é importante para a compreensão do estabelecimento do moderno no campo, pois busca destruir parte do que viera antes para estabelecer (criar) o que há de mais “novo” em técnicas produtivas e em comercialização. David Harvey, por exemplo, compara esse processo a “destruição criativa” da figura mítica de Dionísio, aonde o “vir-a-ser” se transforma num processo destruidor da própria unidade (HARVEY, 1992, p. 25, 26). Pois fato é que, se os agricultores não se enquadrarem a padronização requerida ou não conseguirem inserção de seus produtos no circuito de mercado, a manutenção da produção ou até mesmo da propriedade seria insustentável.

¹⁰ Disponível em: www.microbacias.rj.gov.br



O trabalho segue expondo o posicionamento político dos agricultores familiares da Região Noroeste Fluminense enquanto categoria organizada em órgãos de classe como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; diante de tais ações de verticalidade. A partir das entrevistas com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi relatado que exista uma resistência por parte dos trabalhadores rurais em filiar-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Tal postura muitas vezes estaria relacionada ao receio em se indispor com o patronato, ou a um conservadorismo religioso, e a falta de “compreensão” da relação entre filiação e a organização para busca de seus direitos trabalhistas. Durante as entrevistas verificou-se que as unidades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na região tem fundação recente, datando das décadas de 1980, 2000 e 2010. E que a atuação do MST na região está relacionada a um único acampamento na divisa de Bom Jesus de Itabapoana com Campos dos Goytacazes. Os assentamentos presentes na região foram organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais [ligados a FETAG].

Diante do exposto pelos entrevistados verificou-se que a mobilização da categoria, agricultores familiares, tem resultado em alguns ganhos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Italva, por exemplo, é o único da Região Noroeste Fluminense que emite Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) ¹¹. É comum na região o sindicato patronal centralizar essa emissão e mobilizar a categoria a partir desse quesito.

Perguntas foram direcionadas aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em relação aos projetos do Governo Estadual, como o Rio Rural, a fim de averiguar se existia uma postura de contrafinalidade diante de tais ações de verticalidade. Visto que os entrevistados atrelaram aos projetos certa positividade, conclui-se não haver indícios de um discurso político contra a racionalidade das ações de verticalidade impostas. O não conformismo local restringe-se à burocracia impeditiva ou a morosidade em se aplicar tais finalidades de planejamento ao espaço rural; além da dependência construída pela adesão de financiamentos. O posicionamento político dos entrevistados aponta certa ambiguidade para caracterizar

¹¹ Outro ganho relatado pelos entrevistados para a categoria e pela mobilização da categoria foi a obtenção de habitação rural, para os agricultores familiares, pelo Programa Minha casa, Minha Vida. Além da emissão e organização de documentações necessárias a aposentadoria de vários trabalhadores e trabalhadoras rurais.



uma postura de contrafinalidade, mas através de relatos do embate cotidiano com o sistema, os entrevistados apontam registros de tensões locais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que problemas como o de escoamento da produção, e garantias de preço no mercado para os pequenos produtores, ou melhor, uma reforma agrária que permita o direito a terra para quem quiser fazê-la produzir em prol de segurança e soberania alimentar, com redistribuição justa e racional entre pequenos agricultores e assalariados rurais, que permita, ainda, a autorreprodução dos mesmos e de comunidades assentadas, em contrapartida ao sistema capitalista; definitivamente não são princípios imediatamente atendidos por projetos de planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A discussão da racionalidade estratégica desses projetos pela categoria faz-se necessário, relativizando os benefícios propostos pelo governo e pelas entidades representativas. Visto que os próprios entrevistados apontaram falhas no sistema e dirigiram a ele reclamações, seria importante a organização de um debate pela categoria sobre que Estado realmente se quer, e que posicionamento perante a luta de classes ir-se-á assumir. Pois no sistema capitalista as políticas não atendem causas sociais, e quando assim as fazem são no máximo propostas reformistas. Dessa forma o trabalho refere-se a Milton Santos (1988) para ressaltar que “os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital”; e José de Souza Martins (1990) para destacar que o processo de expropriação dos meios de produção pelo capital ocorre de forma quase disfarçada. Destaca, também, o aumento dos riscos por uma “dependência cada vez maior em relação aos industriais, aos intermediários, aos bancos, aos fornecedores.” (MARTINS, 1990, p.144).

Visto que a organização sindical dos trabalhadores rurais na Região Noroeste Fluminense é recente e que existe uma centralização nas relações de poder exercidas pelo sindicato patronal ligado diretamente ao poder executivo, far-se-ia necessário ampliar o estrato político dirigente da categoria dos trabalhadores rurais de maneira unificada e independente a fim de quebrar preceitos conservadores impeditivos de uma organização anticapitalista. Percebe-se através do levantamento bibliográfico, especificamente sobre a Região Noroeste Fluminense, a necessidade de uma radiografia



sobre as representações políticas regionais que nos permitam compreender e discorrer, em detalhes, sobre a centralização das relações de poder pelo patronato relacionado diretamente ao poder executivo e quais as suas implicações no ordenamento espacial regional.

6 - REFERÊNCIAS

ALVIN, Valdir. Neoliberalismo, globalização e americanismo: as estratégias dos organismos financeiros multilaterais. *Katálysis*, Florianópolis, v.7, n.1, jan./jun. 2004.

BRAGA, Rhalf Magalhães. *Interações espaciais: o caso da empresa Glória/Parmalat em Itaperuna (RJ)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BRASIL. MDA/SDT. *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. Mar. 2005.

CRUZ, José Luís Vianna. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *A questão Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, [1976]. Coleção Pensamento Crítico, Vol.72.

_____. *Maquiavel: a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HAESBAERT, Rogério H. da. *Regional – global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.



PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio (Orgs.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Rio Rural/BIRD. Manual Operacional do Projeto* (2009), Vol. I, II.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1926.

_____. *Natureza do Espaço*. Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *Em Perspectiva*, São Paulo 7(3), p. 2-10, jul./set., 1993.